

ATA DA 3ª REUNIÃO DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos vinte de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de reuniões 805, localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (COAPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado. Estiveram presentes os seguintes membros: juíza Maria de Lourdes Simas Porto, Presidente do Comitê, juízas Fernanda Pereira Nunes e Anuska Felski da Silva, magistradas indicadas pela classe, Raphael Jaques de Souza, representante dos servidores indicado pelo pleno, Daniel Henrique Sprotte Lima, servidor eleito pela categoria, Alcides Alonço Leonel, servidor eleito pela categoria, Marcio Cesar Cipriani, servidor indicado pelo órgão especial, Helio Lentz Puerta Neto, servidor indicado pelo SINJUSC e Fabio Ramos Bittencourt, servidor indicado pelo SINDOJUS. Aberta a reunião, o **primeiro assunto** a ser discutido é em relação à ata da reunião anterior, restou deliberada a aprovação da ata anterior com as ressalvas apresentadas pela Magistrada Anuska: os presentes naquela reunião (Anuska e Alcides) concordaram em retificar a ata, para fazer constar as seguintes proposições: a) as reuniões passarão a ser realizadas nas terças segundas-feiras de cada mês, em razão de choque com as reuniões do Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas; b) para o fim de viabilizar-se a participação de todos e permitir o melhor planejamento, embora a convocação seja feita apenas aos titulares do Comitê, todos serão avisados das reuniões; c) será discutida, na próxima reunião, a proposta de alteração da presidência deste Comitê, contudo, para a próxima composição; d) encaminhamento de estudo à Administração do Tribunal para remuneração do plantão judicial realizado por Juízes e Servidores, com solicitação de informações à Comagis e Diretoria de Gestão de Pessoas acerca dos saldos existentes; e) discussão, na próxima reunião, a atualização do Plano de Ação do Comitê Gestor Regional, de março de 2015. No que diz respeito ao encaminhamento de pedido de estudo à administração do tribunal para remuneração do plantão judicial, resta ajustado que caberá ao Secretário Executivo solicitar as informações por e-mail a COMAGIS (magistrados) e à Diretoria de Gestão de Pessoas (servidores) acerca do saldo de folgas existentes. Dentro do mesmo assunto, o representante do SINDOJUS trará na próxima reunião informações sobre eventual ação judicial que tramita em uma das Varas da Fazenda da Capital. O **segundo assunto** sugerido para a pauta é em relação à análise e solicitações de informações à Administração do TJ relativos ao andamento do Processo Administrativo n. 14013/2017. Com relação a este tópico, foi deliberado e aprovado o encaminhamento de solicitação à Presidência do TJSC para que informe as providências que estão sendo adotadas para implementação do programa de redução de desigualdade entre o primeiro e segundo graus, com dados atualizados acerca do cumprimento da Resolução 219/2016-CNJ. Dentro da referida solicitação, deverá ser questionado especialmente quanto à extinção de cargos comissionados vagos por aposentadoria de desembargadores, tal qual proposto pela ASPLAN às fls. 144-145 do mencionado PA. O **terceiro assunto** discutido e aprovado é o encaminhamento de solicitação à Presidência para que esclareça os critérios que serão utilizados para provimento dos cargos comissionados recentemente criados, bem assim dos cargos efetivos atualmente vagos no quadro de pessoal do Poder Judiciário, discriminados por categoria funcional. O **quarto assunto**, relativo à questão orçamentária, foi aprovada solicitação à Diretoria de Orçamento e Finanças para apresentação da proposta orçamentária para 2019, com o respectivo estudo técnico, tendo em vista a prerrogativa deste comitê de participação ativa nessa matéria. Acerca do **quinto assunto**, restou deliberada a solicitação à Presidência no sentido de que todas as alterações normativas relacionadas à gestão de pessoas sejam submetidas à apreciação do comitê antes das

respectivas aprovações. O **sexto assunto** discutido e aprovado é o encaminhamento de solicitação à Presidência para que esclareça os critérios que serão utilizados para lotação dos cargos de juiz substituto nas circunscrições judiciárias. O **sétimo assunto** discutido e aprovado é o encaminhamento de solicitação à Presidência para que esclareça se existem estudos em andamento para implantação de novas varas, incluindo as regionais. O **oitavo assunto** deliberado e aprovado é que caberá ao secretário executivo trazer informações atualizadas sobre o andamento do SPA n. 22109, que trata das DTRs e, a Dra. Anuska, sobre o SPA n. 14013/2017. O **nono assunto** deliberado e aprovado é que seja requerido que o presente comitê possa participar das reuniões junto à Presidência e CGJ acerca da implantação do e-Proc. A reunião encerrou-se às 11:44 horas. Nada mais havendo para constar, encerra-se a presente ata, que é assinada nesta data.

Maria de Lourdes Simas Porto
PRESIDENTE DO COMITÊ

Fernanda Pereira Nunes
MAGISTRADA ELEITA PELA CATEGORIA

Raphael Jaques de Souza
SERVIDOR ESCOLHIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL

Anuska Felski da Silva
MAGISTRADA ELEITA PELA CATEGORIA

FÁBIO RAMOS BITTENCOURT
SERVIDOR INDICADO PELO SINDOJUS

Marcio Cesar Cipriani
SERVIDOR ESCOLHIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL

Helio Lentz Puerta Neto
SERVIDOR INDICADO PELO SINJUSC

Alcides Alonço Leonel
SERVIDOR ELEITO PELA CATEGORIA

Daniel Henrique Sprotte Lima
Servidor indicado pela categoria